

61º ENCONTRO DE LEGISLATIVOS: ATUALIZAÇÃO, GESTÃO E SEGURANÇA JURÍDICA NA ATUAÇÃO PARLAMENTAR

Para Vereadores, Diretores, Assessores e Servidores das Câmaras Municipais

06 a 10 de Abril

5 dias de imersão

Carga Horária

22 horas Aula

**Módulo
Estendido**

Conteúdo
aprofundado

+ 20 Instrutores

Evento completo

**Turmas
Reduzidas**

Máximo
aproveitamento

Certificado de Participação

Emitido ao final do evento

Sobre o Evento

O 61º Encontro de Legislativos reúne o que há de mais atual em legislação, gestão pública e segurança jurídica para o mandato parlamentar. Em sua edição mais completa — o Módulo Estendido — você terá 5 dias de conteúdo prático e aplicável ao seu dia a dia.

Com foco nos apontamentos dos Tribunais de Contas, nas novas exigências legais e na gestão eficiente de gabinetes, o evento prepara o parlamentar e sua equipe para atuar com excelência e dentro da lei.

Mais de 60 edições realizadas com sucesso comprovam a qualidade e a relevância do conteúdo para o poder legislativo municipal de todo o Brasil.

Público-Alvo

Destinado a todos os profissionais envolvidos na gestão pública municipal, incluindo Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmara, Vereadores, Assessores, Servidores Públicos, Agentes Administrativos, Chefes de Gabinete, Contadores, Tesoureiros, Técnicos Legislativos, Diretores de Departamento, Secretários Municipais, Procuradores Jurídicos, Comissão de Orçamento, Comissão de Licitação, Pregoeiros, Departamento de Compras, Departamento de Pessoal, Controladores Internos, Assessoria de Imprensa, Oficiais de Gabinete, telefonistas, recepcionistas, atendentes ao público, técnicos de informática, técnicos em contabilidade, servidores de Procons Municipais, Serviços Gerais e todos os demais profissionais do setor público municipal que buscam aprimoramento e atualização nos temas administrativos, jurídicos, e legislativos.

Vagas limitadas — inscrições encerram em

Grade de Palestras

SEGURANÇA JURÍDICA

SEGURANÇA JURÍDICA NA ATUAÇÃO PARLAMENTAR: COMO PROTEGER SEU MANDATO

01



Luis Carlos Heinze

Senador da República - RS

Responsabilidades civis, criminais e administrativas do parlamentar. Limites da imunidade, casos de perda de mandato e como agir com segurança em cada etapa da atuação legislativa.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Responsabilidade civil e criminal do vereador
- › Perda de mandato: causas e prevenção
- › Casos reais julgados no Congresso Nacional
- › Imunidade parlamentar: alcance e limites
- › Conflito de interesses e incompatibilidades
- › Como agir com segurança no dia a dia

CONSELHEIRO TCE

CONSÓRCIOS MUNICIPAIS: A VISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS SOBRE GOVERNANÇA, LEGALIDADE E RESULTADOS

02



Renato Luís Bordin de Azeredo

Conselheiro TCE-RS, mestre em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Foi auditor público externo do TCE-RS de 2003 a 2014 e procurador do Município de Viamão de 1998 a 2003.

Os consórcios públicos têm se consolidado como uma importante ferramenta de cooperação entre municípios para ampliar a capacidade de gestão, reduzir custos e viabilizar políticas públicas que isoladamente seriam difíceis de executar. No entanto, sua estrutura exige atenção rigorosa às normas de governança, transparência e controle, especialmente sob a ótica dos Tribunais de Contas. Esta palestra apresenta os principais pontos observados pelos órgãos de controle, os riscos mais comuns e as boas práticas que garantem segurança jurídica aos gestores e parlamentares.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Fundamentos legais dos consórcios públicos: Lei nº 11.107/2005 e Decreto nº 6.017/2007
- › Governança, planejamento e prestação de contas nos consórcios municipais
- › Boas práticas para garantir eficiência, transparência e segurança na gestão consorciada
- › Papel do Executivo e do Legislativo na criação, adesão e fiscalização de consórcios
- › Principais apontamentos dos Tribunais de Contas e riscos de irregularidades

03



Paulo Borges

O Homem do Tempo na RBS, Jornalista, Deputado Estadual e Diretor de comunicação na Assembleia Legislativa do RGS

COMUNICAÇÃO DESCONEXA: COMO ALINHAR MANDATO, EQUIPE E MENSAGEM

A ausência de alinhamento estratégico entre o mandato, a equipe e o público é um dos maiores fatores de desgaste político e perda de relevância institucional. Quando não há clareza de posicionamento e coerência na comunicação, surgem ruídos internos, retrabalho e uma imagem pública fragilizada. Esta palestra apresenta soluções práticas para estruturar uma comunicação estratégica, integrada e orientada a resultados, fortalecendo a atuação parlamentar e a conexão com a sociedade.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Definição de mensagem central do mandato: propósito, prioridades e coerência institucional
- › Da comunicação reativa à estratégica: planejamento, calendário e antecipação de pautas
- › Segmentação de público: identificação de perfis, linguagem adequada e canais eficientes
- › Alinhamento entre político e equipe: papéis, fluxo de informação e cultura interna
- › Equilíbrio entre operacional e narrativa: transformar ações em posicionamento

04



laura redel

Laura Irber Redel é advogada e atual presidente da OAB Subseção de Três de Maio, cargo que exerce com destaque após passagens pelas funções de conselheira, tesoureira e vice-presidente da entidade. Com 18 anos de experiência profissional, atua nas áreas Cível, Família e Sucessões

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O PAPEL DO PODER PÚBLICO: COMO IMPLEMENTAR AÇÕES EFETIVAS DE PROTEÇÃO À MULHER

Apesar dos avanços legais, muitos municípios ainda enfrentam dificuldades para transformar a legislação em ações concretas de proteção à mulher. A ausência de políticas estruturadas, a falta de integração entre setores e a atuação reativa acabam comprometendo o atendimento às vítimas e aumentando os riscos de reincidência da violência. Esta palestra apresenta como o poder público pode estruturar ações afirmativas eficazes, garantindo prevenção, proteção e atendimento qualificado às mulheres em situação de violência.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Responsabilidades do município no enfrentamento à violência doméstica
- › Atuação integrada entre saúde, assistência social, segurança e rede de apoio
- › Boas práticas para garantir atendimento humanizado e reduzir a reincidência da violência
- › Criação e fortalecimento de políticas públicas e programas de proteção
- › Medidas preventivas e campanhas de conscientização no âmbito municipal

05

**Eduardo Luchesi**

Advogado. Especialista em Direito Tributário pela Universidade de Franca - SP. Especialista em Direito do Estado pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul (UFRGS -RS). Experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo, Constitucional e Tributário

VALE-ALIMENTAÇÃO PARA VEREADORES: O QUE DIZ O TRIBUNAL DE CONTAS E QUAIS SÃO OS LIMITES LEGAIS

A concessão de vale-alimentação para vereadores é um tema que gera dúvidas frequentes nas Câmaras Municipais e tem sido objeto de análise pelos Tribunais de Contas. A ausência de critérios claros pode gerar apontamentos, responsabilização de gestores e questionamentos sobre legalidade e moralidade administrativa. Esta palestra apresenta o entendimento predominante do Tribunal de Contas, os fundamentos jurídicos debatidos nos tribunais e quais cuidados o Legislativo deve observar para evitar irregularidades.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Natureza jurídica do cargo de vereador e diferenças em relação aos servidores públicos
- › Requisitos legais para eventual concessão: lei específica?, critérios e limites
- › Boas práticas para Câmaras Municipais que pretendem discutir ou implementar o benefício
- › Entendimento do Tribunal de Contas sobre a possibilidade de concessão de vale-alimentação
- › Principais riscos apontados pelos órgãos de controle e casos analisados pelos tribunais

CHEIAS E TEMPORAIS

06

**José Fortunati**

Deputado estadual e federal, duas vezes vice-prefeito de Porto Alegre, secretário estadual da Educação e secretário municipal do Planejamento, além de secretário Extraordinário da Copa de 2014. No seu segundo mandato como vice-prefeito, em 2008, Fortunati assumiu o comando da Prefeitura de Porto Alegre, onde foi reeleito

PREVENÇÃO DE DESASTRES EM PERÍODOS DE CHUVAS: COMO OS MUNICÍPIOS DEVEM SE PREPARAR, AGIR E RESPONDER COM EFICIÊNCIA

Enchentes, deslizamentos e alagamentos têm causado prejuízos cada vez maiores aos municípios, especialmente quando não há planejamento preventivo e protocolos claros de resposta. Muitas administrações enfrentam dificuldades na tomada de decisões rápidas, na coordenação entre setores e na adoção de medidas emergenciais dentro da legalidade. Esta palestra apresenta orientações práticas para que gestores e legisladores atuem na prevenção de tragédias, na preparação das equipes e na organização de respostas rápidas e eficientes em situações de crise.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Planejamento preventivo: mapeamento de áreas de risco, monitoramento e planos de contingência
- › Protocolos de atuação em situações emergenciais: quem decide, quem executa e como agir rapidamente
- › Coordenação entre secretarias, Defesa Civil, comunidade e órgãos estaduais para respostas eficientes
- › Papel do Executivo e do Legislativo na prevenção e fiscalização de políticas de proteção e defesa civil
- › Contratações emergenciais, decretos de calamidade e segurança jurídica das decisões

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: COMO ESTRUTURAR UMA REDE DE PROTEÇÃO EFICAZ NO MUNICÍPIO

07



Carolina Pellegrini

Professora universitária,
Mestre e Doutora em
Direito, com sólida
experiência em estudos de
gênero, infância e
vulnerabilidades sociais.

A violência contra a mulher exige uma atuação coordenada e eficiente do poder público, mas muitos municípios ainda enfrentam dificuldades na integração entre serviços, na prevenção e no atendimento adequado às vítimas. A ausência de uma rede estruturada gera revitimização, falhas no atendimento e baixa efetividade das políticas públicas. Esta palestra apresenta caminhos práticos para organizar e fortalecer a rede de proteção, garantindo atendimento humanizado, respostas rápidas e atuação integrada entre Executivo, Legislativo e demais instituições.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Estruturação da rede de proteção: saúde, assistência social, segurança pública e justiça
- › Fluxos de atendimento à vítima: acolhimento, encaminhamento e acompanhamento
- › Boas práticas municipais no enfrentamento à violência contra a mulher
- › Papel do Executivo e do Legislativo na criação e fortalecimento das políticas públicas
- › Integração entre órgãos e instituições para evitar falhas e retrabalho

ELEIÇÕES 2026

ANO ELEITORAL: PRINCIPAIS CUIDADOS PARA PREFEITOS, VEREADORES E SERVIDORES EVITAREM IRREGULARIDADES

08



Antônio Augusto Mayer dos Santos

Advogado, Autor (11 livros),
Palestrante, Consultor
eleitoral, Professor de
Direito Eleitoral e
Improbidade
Administrativa, Articulista
em boletins especializados,
periódicos, revistas e sites
jurídicos, ex-professor de
Teoria Geral do Estado

O ano eleitoral impõe uma série de restrições à atuação de agentes públicos, especialmente quanto ao uso da máquina administrativa, comunicação institucional e realização de atos que possam ser interpretados como promoção pessoal. Muitos gestores e parlamentares acabam sendo investigados ou penalizados por desconhecimento das regras eleitorais. Esta palestra apresenta orientações práticas sobre as principais vedações previstas na legislação eleitoral e como conduzir a gestão pública com segurança jurídica durante o período eleitoral.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Condutas vedadas aos agentes públicos em ano eleitoral segundo a legislação e a Justiça Eleitoral
- › Participação de prefeitos, vereadores e servidores em eventos e atos públicos
- › Riscos de responsabilização, cassação e sanções eleitorais: como prevenir irregularidades
- › Uso da comunicação institucional e redes sociais: limites e cuidados necessários
- › Publicidade institucional, inaugurações e divulgação de ações governamentais

09

**Tiago Cadó**

Deputado Estadual

DO INTERIOR AO PARLAMENTO: COMO TRANSFORMAR DEMANDAS DA COMUNIDADE EM POLÍTICAS PÚBLICAS EFETIVAS

Prefeitos, vereadores e lideranças locais convivem diariamente com demandas da comunidade que nem sempre conseguem se transformar em ações concretas do poder público. A falta de articulação institucional, planejamento e conhecimento dos caminhos políticos e administrativos acaba impedindo que necessidades reais se convertam em políticas públicas. Esta palestra apresenta como transformar as demandas da população em propostas estruturadas, capazes de avançar nos espaços de decisão e gerar resultados efetivos para os municípios.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Como identificar e organizar as principais demandas da comunidade
- › O papel do Legislativo na construção e encaminhamento de soluções para os municípios
- › Experiências práticas de transformação de demandas locais em políticas públicas concretas
- › Da reivindicação à política pública: caminhos institucionais e estratégias de articulação
- › Relacionamento com governos estaduais e federais para viabilizar projetos e recursos

10

**Joel**

Atuário, Pós-Graduado em Auditoria e Perícia, especialista em Previdência Pública e Privada, atuando desde 1989 nos diferentes sistemas de previdência. Desde 1998 atua junto aos RPPS, com o atendimento de mais de 160 RPPS no RS e Brasil. Consultor de Valores Mobiliários autorizado pela CVM desde 2014, tendo mais de 10 anos de atuação nessa área.

RPPS

REFORMA DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL: COBRANÇAS DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E DO TCE/RS E OS DESAFIOS PÓS-EC Nº 136

Com a não aprovação da obrigatoriedade prevista na EC nº 136, os municípios permanecem responsáveis por conduzir suas próprias reformas previdenciárias, sob maior vigilância do Ministério da Previdência e do TCE/RS. Nesta aula, são analisadas as exigências legais, os prazos e os impactos administrativos dessa nova realidade, além de estratégias práticas para prefeitos e gestores estruturarem seus projetos de reforma de forma técnica, sustentável e em conformidade com as normas federais.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Cenário pós-EC nº 136: implicações da não obrigatoriedade e autonomia municipal para conduzir reformas.
- › Adequação dos RPPS: ajustes nas regras de aposentadoria, alíquotas de contribuição e equilíbrio atuarial.
- › Riscos da inércia administrativa: apontamentos do TCE, irregularidades previdenciárias e bloqueio de certidões e transferências.
- › Cobranças dos órgãos de controle: orientações recentes e prazos definidos pelo Ministério da Previdência e TCE/RS.
- › Desafios políticos e técnicos: tramitação legislativa, diálogo com servidores e necessidade de pareceres especializados.

11



Edison Imar Oliveira Mello

Auditor Aposentado do
TCE-RS, Economista,
Professor Universitário,
Consultor de INLEGIS

RESOLUÇÃO Nº 1.216 DO TCE-RS E AS EMENDAS IMPOSITIVAS MUNICIPAIS: REGRAS, LIMITES E RESPONSABILIDADES

As emendas impositivas têm ampliado o protagonismo do Poder Legislativo na definição de prioridades orçamentárias nos municípios. Contudo, sua aplicação exige atenção às regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas, especialmente após a Resolução nº 1.216 do TCE-RS, que trouxe orientações e parâmetros para a correta execução dessas emendas. A falta de planejamento, controle e transparência pode gerar apontamentos, rejeição de contas e responsabilização dos gestores. Esta palestra apresenta os principais cuidados que vereadores e gestores devem observar para garantir segurança jurídica e efetividade na execução das emendas impositivas.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Fundamentos das emendas impositivas municipais e sua previsão na Constituição
- › Papel do Legislativo na indicação e acompanhamento das emendas
- › Riscos mais comuns apontados pelo Tribunal de Contas e boas práticas para evitar irregularidades
- › Principais diretrizes da Resolução nº 1.216 do TCE-RS
- › Responsabilidades do Executivo na execução orçamentária e financeira

12



Caroline Turri

Caroline Turri é advogada com ampla experiência em Direito Público, Direito Eleitoral, Direito Digital, Contratos Administrativos e Compliance. Atuou como Coordenadora Jurídica na Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (PGM)

AUTISMO E OUTRAS NEURODIVERGÊNCIAS

AUTISMO (TEA) E OUTRAS NEURODIVERGÊNCIAS: RESPONSABILIDADES DOS MUNICÍPIOS NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO

A ampliação das políticas públicas voltadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a outras neurodivergências tem gerado novas responsabilidades para os municípios, especialmente nas áreas de educação, saúde e assistência social. Muitos gestores e legisladores enfrentam dúvidas sobre como estruturar políticas inclusivas, cumprir a legislação e evitar omissões que podem gerar responsabilização administrativa e judicial. Esta palestra apresenta as principais normas aplicáveis e orienta como os municípios podem organizar políticas públicas eficazes de inclusão, atendimento e garantia de direitos.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Legislação nacional sobre autismo e neurodivergências e seus impactos nos municípios
- › Estruturação de políticas públicas de inclusão e atendimento especializado
- › Boas práticas municipais para ampliar o atendimento e evitar judicialização de demandas
- › Responsabilidades do poder público municipal nas áreas de saúde, educação e assistência
- › Papel do Legislativo na criação de leis e fiscalização das políticas de inclusão



**Ms Cleber
Nascimento**

Servidor TCE-RS, há 25 anos Possui graduação em Administração pela Faculdade Porto Alegre de Ciências Contábeis e Administração (1990) e segunda formação em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004). Mestre em Gestão Pública – Universidade Luterana/RS. Mestre em Contabilidade pela Unisinos.

LIMITE DE DESPESAS

PRINCIPAIS APONTAMENTOS DO TRIBUNAL DE CONTAS: O QUE GESTORES E VEREADORES PRECISAM SABER PARA EVITAR PROBLEMAS NA GESTÃO

Grande parte das irregularidades apontadas pelos Tribunais de Contas decorre de falhas recorrentes de gestão, muitas vezes causadas por desconhecimento das normas ou ausência de controles internos eficientes. Prefeitos, vereadores e equipes técnicas precisam compreender quais são os principais pontos de fiscalização para prevenir apontamentos, evitar responsabilizações e garantir uma administração segura. Esta palestra apresenta um panorama atualizado das principais falhas identificadas pelo Tribunal de Contas e orientações práticas para conduzir a gestão pública com mais tranquilidade e segurança jurídica.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Principais apontamentos do Tribunal de Contas em fiscalizações recentes
- › Problemas frequentes em diárias, cargos em comissão e gastos públicos
- › Boas práticas administrativas para reduzir riscos e evitar responsabilização de gestores e vereadores
- › Falhas recorrentes em licitações, contratos e execução orçamentária
- › Importância do controle interno e da organização documental



Thais Krahn

Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), onde também exerce a função de Coordenadora da Assessoria da Ouvidoria. Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria

13º SUBSÍDIO E TERÇO DE FÉRIAS

PAGAMENTO DE 13º SUBSÍDIO E TERÇO DE FÉRIAS A AGENTES POLÍTICOS – NOVO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Estudos de casos e entendimentos dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Contas para prevenir irregularidades e corrigir erros frequentes na administração pública. Foco prático em agentes políticos, gestão de pessoal, licitações e contratos.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Agentes políticos: 13º subsídio e terço de férias — novo entendimento do TCE-RS, fundamentos, efeitos e cautelas;
- › Licitações e contratos: configuração de erro grosseiro, riscos mais frequentes.
- › Gestão de pessoal: acumulação de cargos, teto remuneratório, frequência/carga horária, horas extras, contratações temporárias, diárias, nepotismo, pagamento de insalubridade sem laudo;
- › Jurisprudência aplicada: leading cases STF/STJ/TCEs, enunciados/súmulas e parâmetros para tomada de decisão.

15



Guilherme Stumpf

Advogado, formado pela UFRGS, especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública pela Fundação do Ministério Público, mestrando em Direito pela UFRGS. Atuou como assessor da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre entre 2017 e 2020. Atualmente, é assessor jurídico na Câmara Municipal de Porto Alegre.

PEDIDOS DE INFORMAÇÃO E A AUSÊNCIA DE RESPOSTA DO PREFEITO: RESPONSABILIDADE, CONSEQUÊNCIAS E MEDIDAS CABÍVEIS

A gestão de crises é uma competência indispensável para municípios que enfrentam situações inesperadas como desastres naturais, falhas administrativas, escândalos institucionais ou interrupções de serviços essenciais. Esta palestra apresenta os fundamentos teóricos e práticos da gestão de crises no setor público, com foco na prevenção, resposta rápida e mitigação de danos. O objetivo é capacitar gestores, vereadores e servidores a estruturarem planos de contingência eficientes, reduzindo impactos financeiros, jurídicos e reputacionais, assegurando continuidade administrativa e proteção do interesse público.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Conceito de crise no setor público: diferenças entre risco, incidente e crise institucional
- › Planejamento de contingências: estrutura, responsabilidades e protocolos de atuação
- › Comunicação estratégica em momentos críticos: transparência, controle de danos e relação com imprensa e redes sociais
- › Responsabilidade do gestor em situações de crise: prevenção de improbidade e mitigação de riscos legais
- › Mapeamento de riscos e análise de vulnerabilidades na administração municipal
- › Comitê de crise: composição, tomada de decisão e fluxo de comunicação interna
- › Continuidade dos serviços públicos essenciais: medidas emergenciais e respaldo jurídico

16



Valéria Saraiva

Graduada em Comunicação Social com ênfase em Publicidade e Propaganda pela UFRGS, Pós-Graduada em Gestão de Vendas e Relacionamento com o Cliente. Presta Consultorias e Mentorias nas áreas de Marketing, Vendas, Gestão e Relacionamento com Clientes e Públicos. Experiência de mais de 15 anos em médias e grandes empresas do Brasil, como Grupo O Boticário e Grendene, com atuação nas áreas de Gestão Estratégica de Marketing, Comunicação e Vendas.

AI NO PODER PÚBLICO

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO MANDATO: COMO GANHAR AGILIDADE, ORGANIZAÇÃO E QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A sobrecarga de demandas, a dificuldade de organização das informações e a pressão por respostas rápidas têm sido desafios constantes nos gabinetes parlamentares e na gestão pública. A Inteligência Artificial surge como uma ferramenta estratégica para otimizar rotinas, qualificar a comunicação e melhorar a prestação de contas à população. Esta palestra apresenta aplicações práticas de IA no dia a dia do mandato, com foco em produtividade, padronização e segurança na informação.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Uso da IA para organização de demandas, agendas e fluxos de trabalho
- › Apoio na elaboração de documentos, relatórios e prestação de contas
- › Cuidados com uso de IA: segurança de dados, limites legais e boas práticas no setor público
- › Automatização de respostas e comunicação com a comunidade
- › Padronização de informações e redução de erros operacionais

Grade Horária

SEGUNDA-FEIRA

10h
Credenciamento e Retirada de Material

TERÇA-FEIRA

09h – 11h50
Turno de Aula
14h – 17h

QUARTA-FEIRA

09h – 11h50
Turno de Aula
14h – 17h

QUINTA-FEIRA

09h – 11h50
Turno de Aula
14h – 17h

SEXTA-FEIRA

08h30 – 10h30
Turno de Aula
11h

Depoimentos

★★★★★

Excelente conteúdo! Voltei para a câmara com uma visão completamente nova sobre gestão e segurança jurídica. Recomendo a todos os colegas parlamentares.

Carlos Eduardo M.

Vereador, SP

★★★★★

Participei pela terceira vez e cada edição traz novidades importantes. O módulo sobre Tribunais de Contas foi revelador para nossa câmara.

Maria Aparecida S.

Presidente de Câmara, MG

★★★★★

Como assessora, o treinamento mudou completamente minha forma de trabalhar. Os instrutores dominam o assunto e são muito didáticos.

Juliana R. F.

Assessora Parlamentar, PR

Inscrição

♦ O que está incluso

- ✓ 5 dias de capacitação intensiva
- ✓ Acesso a todas as sessões do módulo estendido
- ✓ Material didático completo
- ✓ Certificado de participação com carga horária
- ✓ Sessões de Q&A direto com os palestrantes
- ✓ Networking com parlamentares de todo o Brasil
- ✓ Suporte da equipe durante o evento
- ✓ Acesso ao conteúdo digital e gravações

PRIMEIROS INSCRITOS

Mochila para Notebook

Garrafa de Água Inox de 1.200l

Bloco de Anotação

• Vagas limitadas — inscrições abertas

INVESTIMENTO TOTAL

RS\$1.690

Retenção IRRF

O Valor acima é o valor do empenho. O boleto será emitido com o valor do IRRF devidamente descontado. Pessoa Física, fazer inscrição via whatsapp

Inscriver via WhatsApp

Acessar página de inscrição

• Dados seguros • Sem compromisso

Dados de Empenho: INLEGIS – Consultoria e Treinamento, CNPJ: 30.050.141/0001-80 - INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 608.267.2.0 - ENDEREÇO: Rua Jerônimo Coelho, 354, centro, Porto Alegre. E-MAIL: financeiro@inlegis.com.br, FONE: 51-3015-5809

O que acontece depois?

- 1 Para realizar sua inscrição acesse o link acima
- 2 Após a sua inscrição ela já esta confirmada, o não pagamento do boleto não cancela a inscrição
- 3 Caso não possa comparecer, nos avise com 24h antes. Após este prazo não é possível fazer o cancelamento